

Violência Sexual Infantil: a importância de incluir temas sociais na formação inicial docente

Child Sexual Violence: the importance of including social themes in initial teacher training

Violencia Sexual Infantil: la importancia de incluir temas sociales en la formación inicial del profesorado

Recebido: 23/11/2022 | Revisado: 16/12/2022 | Aceitado: 28/12/2022 | Publicado: 01/01/2023

Gabrielly Cristine Feio Cunha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2626-7999>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: gabrielly.cunha@aluno.uepa.br

Ana Clara Saraiva de Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2088-438X>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: clara.saraiva000@gmail.com

Ana Cláudia da Cunha Miranda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9262-3170>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: ana.cdcmiranda@aluno.uepa.br

Carla Renata de Oliveira Carneiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4147-2605>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: carlacarneiro7@outlook.com

Felipe Moraes dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4525-2079>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: felipe.mdsantos@aluno.uepa.br

Ivana Thariny de Lima Leal

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4558-3898>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: ivana.leal@aluno.uepa.br

Luiz Wagner Pantoja Araújo de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8723-7761>

Escola Superior Madre Celeste, Brasil

E-mail: luizwagner2015@yahoo.com.br

Tânia Elizette Barata Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5252-2658>

Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil

E-mail: tania.barata@ufra.edu.br

Luciana de Nazaré Farias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8818-9810>

Universidade do Estado do Pará, Brasil

E-mail: luciana.farias@uepa.br

Resumo

O combate à violência sexual infantil é um trabalho interdisciplinar e os professores se configuram como uma ponte imprescindível para a identificação de casos. O presente trabalho buscou analisar o nível de conhecimento de professores da rede básica de ensino sobre a temática. A pesquisa de caráter quali-quantitativo foi dividida em dois momentos: aplicação de questionário inicial via Google Forms para análise do conhecimento prévio de professores; e realização de minicurso aberto via Google Meet direcionado ao papel docente nesse combate, com questionário de feedback ao final. No primeiro questionário foram analisadas 53 respostas, nelas foi possível identificar que os participantes não tiveram muito contato com a temática durante a vida. Já no minicurso houve a participação de 26 pessoas e, durante o feedback, foi perceptível o interesse e importância que os participantes deram ao tema. No entanto, o tempo curto impede que a temática seja trabalhada de forma mais profunda e, por isso, é necessário que temáticas como essa estejam incluídas na formação inicial docente, a fim de que os professores estejam capacitados para lidar com as adversidades em sala de aula.

Palavras-chave: Violência sexual; Professor; Formação; Ensino.

Abstract

The fight against child sexual violence is an interdisciplinary work and teachers are an indispensable bridge for the identification of cases. The present work aimed to analyze the level of knowledge of teachers of the basic school system on the theme. The quali-quantitative research was divided into two moments: application of an initial questionnaire via Google Forms to analyze the teacher's prior knowledge; and conducting an open short course via Google Meet directed to the teaching role in this fight, with feedback questionnaire at the end. In the first questionnaire, 53 answers were analyzed, in which it was possible to identify that the participants did not have much contact with the theme during life. In the short course, 26 people were attended and, during the feedback, the interest and importance that the participants gave to the theme was noticeable. However, short time prevents the subject from being worked on more deeply and, therefore, it is necessary that themes like this are included in the initial teacher training, in order to teachers to be able to deal with adversity in the classroom.

Keywords: Sexual violence; Teacher; Formation; Education.

Resumen

La lucha contra la violencia sexual infantil es un trabajo interdisciplinario y los docentes son un puente indispensable para la identificación de casos. El presente trabajo tuvo como objetivo analizar el nivel de conocimiento de los profesores del sistema escolar básico sobre el tema. La investigación cuali-cuantitativa se dividió en dos momentos: aplicación de un cuestionario inicial a través de Google Forms para analizar los conocimientos previos de los profesores; y la realización de un curso corto abierto a través de Google Meet dirigido al papel docente en esta lucha, con un cuestionario de retroalimentación al final. En el primer cuestionario, se analizaron 53 respuestas, en ellos fue posible identificar que los participantes no tuvieron mucho contacto con el tema durante sus vidas. En el curso corto, asistieron 26 personas y, durante la retroalimentación, se notó el interés y la importancia que los participantes le dieron al tema. Sin embargo, el corto tiempo impide que el tema se trabaje más profundamente. Y, por tanto, es necesario que temas como este se incluyan en la formación inicial del profesorado, para que los profesores sean capaces de hacer frente a las adversidades en el aula.

Palabras clave: Violencia sexual; Maestro; Adiestramiento; Enseñanza.

1. Introdução

A infância, no ponto de vista histórico, nem sempre foi vista com olhares de afeição e cuidado com a qual é comum nos tempos atuais. Em grandes sociedades do passado, como na Grécia Antiga, relações sexuais entre adultos e crianças eram vistas com naturalidade, ocorrendo o estímulo à prostituição do menor para ressarcir os gastos dos pais durante sua criação (Aires et al., 2020).

Situação semelhante aconteceu durante a idade média, pois não havia limites para a participação de crianças e adolescentes nas atividades da sociedade, ou seja, se misturavam com adultos e idosos desde ocasiões de brincadeiras e jogos até de trabalho e relações sexuais (Santos, 2021). Isso porque a mudança no modo de enxergar a infância só mudou em meados do século XVII, em decorrência dos surtos epidemiológicos da época.

Essa alteração de concepção aconteceu devido as recorrentes epidemias que fizeram com que a Igreja Católica estimulasse o aumento do cuidado parental com as crianças, a fim de garantir a futura mão de obra em meio à alta taxa de mortalidade (Garcia et al., 2017). A partir de então, passou-se a ter maior afetividade dos pais com os filhos, seguindo para a Idade Moderna, onde a infância é valorizada para perpetuar as linhagens familiares (Silva, 2021).

Criada em 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU) profere a Declaração dos Direitos Humanos em 1948 e, pouco depois, a Declaração Universal dos Direitos da Criança em 1959, mas essa última se restringe a sugestões morais, sem obrigações às nações integradas (Souza & Serafim, 2019). Essa situação muda de caráter apenas trinta anos depois, com a Convenção sobre os Direitos da Criança em 1989.

No Brasil, o completo reconhecimento e efetividade dos direitos de crianças e adolescentes aconteceu em 1990 com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), onde até então a única legislação existente para eles se restringia ao Código de Menores (Cavalheiro, 2020). O estatuto foi promulgado a partir da Lei 8.069/90 e representa um marco muito importante para proteção desse grupo, tornando-o prioritário.

O Código do Menor tratava crianças e adolescentes como um perigo para a sociedade, inimigo do sistema

estabelecido na época (1927-1978), os deixando vulneráveis a qualquer tipo de maus-tratos (Melo, 2021). Com a deliberação do ECA, impulsionada pelo Movimento de Defesa dos Direitos da Criança no Brasil (1970-1980), possibilitou o combate à violência infantil, como é o caso da sexual, principalmente de origem familiar.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno social existente desde a antiguidade e perdura até os dias atuais. Caracterizada como a utilização dos infantes para satisfazer qualquer desejo sexual do abusador, corrompendo ou explorando a sua sexualidade (Sanches et al., 2019). Um único ato já será considerado uma violência consumada e nenhuma vontade ou permissão do menor pode ser considerada como um sinal de anuência (Soares et al., 2020).

Se enquadrando em gênero, esse tipo de violência é dividido em duas espécies diferentes e diretamente relacionadas: o abuso e a exploração sexual infantil (Soares & Alencar Filho, 2021). O primeiro é definido como a submissão de uma criança ou adolescente à satisfação ou excitação sexual do adulto por meio da coerção (força bruta ou ameaça) ou sedução através de presentes e/ou jogos (Thiengo & Silva, 2019). Já o segundo se diferencia pela finalidade monetária, ou seja, o menor é usado como objeto de venda para que o explorador obtenha lucro (Campos & Urnau, 2021).

A violência sexual infantil se configura como um dos maiores problemas de saúde pública do mundo e, de acordo com o Balanço Geral do Disque 100, aproximadamente 32 mil denúncias de violência sexual contra crianças foram realizadas em 2018. No entanto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que apenas 1 em cada 20 casos são denunciados, ou seja, mais de 600 mil casos não vieram à público em 2018 (Soares & Alencar Filho, 2021).

Neste contexto, o ambiente escolar como local de formação e propagação de ideias, exige que professor tenha uma compreensão do tema para que as atividades sejam norteadas com segurança, a fim de estabelecer um laço de confiança com seus alunos e seja possível identificar casos de abuso a partir da vivência na escola (Gonçalves & Teixeira, 2018).

Visto a importância do professor no reconhecimento e combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, o presente trabalho buscou analisar o nível de conhecimento de professores da rede básica de ensino sobre essa temática, atuantes ou em processo de formação. Além disso, evidenciar a importância da formação docente oferecer subsídios para que o profissional saiba identificar e lidar com um caso em sala de aula.

1.1 Aspectos do abuso sexual infantil

O abuso sexual pode ser entendido como todo o ato de conotação erótica, sem necessariamente ocorrer contato físico ou uso da força, em que não há consentimento de uma das partes envolvidas (Lopes, 2017). Quando no âmbito infantil, o abusador pode ser adulto ou adolescente mais velho vitimando um menor que tenha menos consciência sobre o ato (Brasil, 2021).

No caso da exploração sexual, sua principal finalidade é monetária, ou seja, um adulto está utilizando sexualmente o menor para fins lucrativos (Campos & Urnau, 2021). Entretanto, mesmo possuindo intuítos distintos, a exploração pode ser considerada abuso por submeter a criança ou adolescente à corrupção de sua sexualidade.

O mesmo ocorre para assédio sexual, sendo uma das formas de abuso, possui caráter de constranger o outro sexualmente, seja de modo físico ou verbal, ou seja, também não se restringe ao contato físico direto (Oliveira, 2020). O constrangimento é uma característica marcante para o abuso sexual, como é descrito no Tratado de Direito Penal:

“(…) sob aspecto criminal significa constranger alguém, com o fim especial de obter concessões sexuais, abusando de sua condição de superioridade ou ascendências decorrentes de emprego, cargo ou função. Destacam-se fundamentalmente, quatro aspectos: a) ação de constranger (constranger é sempre ilegal ou indevido); b) especial fim (favores ou concessões libidinosos); c) existência de superioridade ou ascendência; d) abuso dessa relação e posição privilegiada em relação à vítima” (Bitencourt, 2021a, p. 87).

Essa posição de superioridade e privilégio é mais complicada quando ocorre no âmbito da família, sendo a modalidade de abuso denominada intrafamiliar. Em comparação à extrafamiliar, ela é muito mais comum e danosa à vítima, deixando sequelas tanto físicas quanto psicológicas, cognitivas e nas relações interpessoais (Magalhães et al., 2017). No entanto, é nela que o processo de denúncia se torna mais complicado.

Em casos de violência sexual, onde provas vestigiais e testemunhas são mais difíceis de encontrar, o ponto principal do processo é o testemunho da vítima. Quando é infantil, o momento da revelação é bem mais delicado e pode ocorrer de forma intencional ou acidental, onde o ouvinte deve ter o cuidado de construir um ambiente de confiança para que o menor relate os elementos que compõe o abuso (Marra & Costa, 2018).

O problema de basear o processo apenas no testemunho da vítima é que esse vem carregado de impressões pessoais advindos do impacto emocional do ocorrido, não sendo considerado com credibilidade absoluta (Costa, 2018). Mesmo que a narrativa da vítima seja mais bem amparada em crimes sexuais por falta de maiores evidências, na maioria dos casos o juiz responsável não considera o seu testemunho isoladamente como prova suficiente para condenar o acusado (Silva, 2019).

Em uma pesquisa realizada pelo IBGE em 2019 com 11,8 milhões de jovens entre 13 e 17 anos, demonstrou que um em cada sete já sofreu alguma forma de violência sexual. Os dados foram obtidos pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) e detalham que o número desse tipo de violência é mais que o dobro em meninas, sendo Amapá (18%), Pará (17,8%) e Amazonas (17,6%) os estados com maiores índices de violência sexual infanto-juvenil (Jornal Folha de São Paulo, 2021).

O número elevado em estados da região norte do país está relacionado com a dificuldade de realizar estudos e discussões com a população sobre o tema, esses obstáculos se apresentam desde a grande extensão territorial, aliada ao difícil acesso de determinados pontos, até condições socioeconômicas precárias de boa parte dos habitantes (Cargnin et al., 2021).

Outra característica decisiva para a região se encontra no predomínio de casos intrafamiliares, principalmente para vítimas do sexo feminino (Chaves et al., 2020). Mesmo a predominância da violência intrafamiliar sendo comum em escala global, nessas regiões ganha uma especificidade ao estar relacionada com a base de sua construção sócio-histórico-cultural (Ribeiro et al., 2019).

Como relatado por Castro (2017), um forte exemplo disso são as “crias”, crianças do interior que são recebidas por um bem-feitor (conhecido ou desconhecido) da cidade grande na premissa de mais oportunidades de estudos e trabalho. A autora explica que essas crianças são em grande parte meninas e acabam se envolvendo com o adulto que as recebe, engravidando e construindo uma família. Em seguida, trazem uma irmã, prima ou conhecida para a cidade, dando prosseguimento ao chamado ciclo da “cria de família”.

A Fundação Childhood Brasil divulgou através de dados obtidos do Disque 100 que 72,3% dos casos denunciados em 2019 ocorreram dentro da casa da vítima ou do agressor. Sabendo que o ano de 2020 foi marcado pela explosão da pandemia da COVID-19 e o forte isolamento social, crianças e adolescentes passaram a ficar exclusivamente dentro de casa e isso abre portas para intensificar o número de casos e diminuir a possibilidade de denúncia (Araújo, 2021).

Em concordância a esses dados, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública em associação ao Instituto Liberta divulgou no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) um levantamento em que 35.735 menores de até 13 anos foram estuprados no ano de 2021. Se considerar a faixa etária até 17 anos, o número aumenta para 46.076 vítimas. Sendo assim, a taxa de casos de estupro subiu para 96,8 vítimas a cada 100 mil pessoas nessa faixa etária, um aumento de 2,3 em comparação a 2020.

1.2 O professor no combate à violência sexual infantil

Ao analisar a ocorrência de denúncias de violência sexual infantil nos três últimos anos em uma capital do Nordeste do Brasil, Trajano et al. (2021) evidenciou uma queda brusca de casos no ano de 2020. Essa mudança demonstra que o distanciamento dessas crianças do convívio social, principalmente escolar, torna mais difícil a descoberta de casos. Segundo os

dados da UNICEF (2020) sobre os impactos da pandemia, tal vulnerabilidade infantil foi percebida não só para a violência sexual, como para outras problemáticas sociais.

Quando ocorre no âmbito familiar, o espectro da violência é mais complexo e delicado por haver a quebra da confiança e segurança que deveria ser proporcionada a esse menor (Couto & Casarini, 2021). Nesse sentido, a escola aparece como ponto decisivo no combate à violência sexual infantil, pois é o ambiente em que a criança passa grande parte do seu tempo, como uma espécie de refúgio e lugar onde pode se expressar livremente (Reinach & Burgos, 2021).

É previsto pelo ECA que o menor tenha direito ao respeito e à preservação de sua integridade física e moral, sendo dever de todos o preservarem de qualquer ato que fira sua dignidade (Lei no 8.069, Art. 17 e Art. 18, de 13 de 1990). É também ressaltado, no Art. 98 dessa Lei, que a ação ou omissão que viole os seus direitos é passível à aplicação de medidas de proteção.

O combate à violência sexual infantil é um trabalho interdisciplinar ao unir todas as esferas sociais, por isso é extremamente importante o conhecimento dos profissionais de cada área sobre o seu papel (Von Hohendorff & Patias, 2017). Ao ser vítima de abuso, o menor apresenta mudanças de comportamento que podem ser percebidas por aqueles que estão em seu convívio regular, como é o caso dos professores (Santos et al., 2018).

Uma criança ou adolescente abusada pode apresentar sinais evidentes – comportamentos sexualmente explícitos, marcas de violência física, ISTs e gravidez ou baixo rendimento escolar repentino –, assim como alguns mais sutis – ações muito infantis para a idade, isolamento, ansiedade, constante estado de alerta e a súbita assiduidade escolar, passando muito tempo na escola e conseqüentemente possível melhora do rendimento (Brasil, 2011).

Em março de 2022, o Instituto Datafolha realizou a uma pesquisa nacional com o tema Educação, Valores e Direitos, com a participação de 2.090 brasileiros com 16 anos ou mais. Desse total, 73% se demonstraram a favor da educação sexual estar presente no currículo escolar; 91% concorda que a educação sexual ajuda a prevenir casos de abuso sexual de vulneráveis; e com relação à escola estar mais preparada que os pais para explicar sobre sexualidade e puberdade, 47% concordaram totalmente e 24% concorda em partes (Jornal Folha de São Paulo, 2022).

Os professores se configuram como uma ponte imprescindível para a identificação de casos ao serem a quem a vítima pode confidenciar e, também, ter como visualizar as suas nuances comportamentais no dia a dia (Thiengo & Silva, 2019). Para que o docente esteja capacitado a isso, é necessário que esse tenha contato com a temática durante a sua formação profissional.

Nesse contexto, está em análise na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4181/20 que estipula a obrigatoriedade de estar presente na grade curricular dos cursos de licenciatura, conteúdos voltados à identificação de maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes (Haje, 2020). Isso porque ele é um dos adultos que mais passa tempo com a criança, principalmente nas séries iniciais.

Segundo Angela Marquardt, conselheira do Encarregado Alemão para Casos de Abuso Sexual, um dos principais obstáculos enfrentados nessa problemática é a abstenção da denúncia pela ideia enraizada de que apenas cabe à família resolver, principalmente quando o caso é intrafamiliar (Grunau, 2021). Por isso é importante ressaltar que a omissão em um caso de violência sexual infanto-juvenil tem como pena a multa de 3 a 20 salários de referência, sendo o dobro em caso de reincidência (Brasil, 1990, p. 117).

2. Metodologia

A pesquisa consiste em um estudo de caso de caráter quali-quantitativo de acordo com Pereira et al. (2018) e foi dividida em dois momentos: aplicação de um questionário misto inicial (Batista et al., 2021) para análise do conhecimento de professores sobre a temática; e a realização de um minicurso aberto direcionado ao papel do professor no combate à violência

sexual infantil. A duração total do trabalho foi de três meses, iniciando na metade de agosto/2021 e finalizando em novembro/2021.

2.1 Questionário de conhecimentos prévios

O questionário ficou aberto às respostas durante exatos dois meses, de 16 de agosto até 16 de outubro de 2021. O compartilhamento ocorreu amplamente para professores atuantes em instituições de ensino básico e superiores e, também, para docentes em formação (graduação, mestrado, doutorado e afins) através da plataforma *Google Forms*. As redes sociais foram imprescindíveis para a divulgação do formulário e, ao final, foram registradas um total de 55 respostas.

O formulário foi estruturado com uma divisão de quatro seções organizadas de acordo com a sua finalidade. A seção 1 compreende ao aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde é explicada ao participante a finalidade da pesquisa e que a sua identidade permanecerá no anonimato. Apenas seguem para a próxima etapa aqueles que aceitam o termo.

A seção 2 é referente à identificação básica do participante, onde são coletados: nome (opcional e que não será exposto nos resultados), idade, sexo, nível de formação, área de atuação, tempo de docência e para qual nível de escolarização leciona (ou pretende lecionar, para o caso dos formandos). O intuito é saber qual o público específico que está participando da pesquisa.

Na seção 3 são trabalhados os aspectos principais da violência sexual infantil de acordo com a concepção prévia do participante, distribuídas em três perguntas com alternativas e uma subjetiva. A primeira aborda o conceito de abuso sexual, onde são colocadas três alternativas: uma com o conceito mais correto, outra com o significado de pedofilia e a última sobre exploração sexual. Em seguida é feita a pergunta subjetiva, indagando se o participante acredita ter ou não diferença entre abuso e exploração sexual e, se sim, qual seria.

Para as duas últimas perguntas, foi utilizada a estrutura de múltiplas alternativas, ou seja, o participante poderia marcar quais opções ele considera adequado. A penúltima trabalha situações que podem ser consideradas abuso sexual, distribuídas em oito alternativas. No caso da última, são apresentadas quinze opções de sintomas que, de acordo com a escolha, uma vítima dessa violência pode expressar.

Por fim, a seção 4 aborda o papel do professor nesse processo, contendo quatro perguntas com alternativas e duas subjetivas. A primeira é direta e questiona se o participante já teve contato com alguma preparação para identificar e lidar com qualquer tipo de violência infantil. Seguida por uma pergunta de opinião sobre o professor exercer ou não algum papel no combate ao abuso sexual infantil.

É questionado se o participante acredita conseguir identificar uma criança vítima de abuso sexual em uma turma e, posteriormente, o que deveria fazer ao identificar ou suspeitar de um caso (em formato de múltiplas alternativas). Para finalizar o questionário, perguntou-se da existência ou não de penalidade para quem não denuncia um caso e se o participante conhece alguma cartilha ou guia escolar direcionado à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para fins de análise, a base conceitual utilizada está de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Guia Escolar (2011) e Cartilha de abuso sexual contra crianças e adolescentes (2021) formuladas pelo Governo Federal. As respostas foram avaliadas de acordo com a proximidade do conceito legislativo brasileiro para o assunto.

2.2 Minicurso – Violência Sexual Infantil: o papel do professor nesse combate

A produção do minicurso foi realizada com base na análise prévia das respostas dadas pelos participantes do questionário e leitura de cartilhas, artigos e guias sobre a temática. A culminância ocorreu no dia 05 de novembro de 2021, através de uma reunião na plataforma *Google Meet*, com a presença de 26 participantes.

Os materiais base contavam com autorias governamentais, artigos publicados em leis, revistas, teses, livros, cartilhas e

guias sobre a temática. Dentre os principais se destacam: Brasil (2021; 2011; 1990); Soares e Alencar Filho (2021); Haje (2020); Fundação Parapaz (2020); Beckman et al. (2021); Trajano et al. (2021); Dantas et al. (2021).

A sequência lógica utilizada para conduzir o minicurso de dividiu em três partes: verdade ou mito, conceitos principais e o papel do professor. A primeira seção consistiu em uma dinâmica com os participantes, na qual deveriam dar sua opinião com base em conhecimentos prévios sobre determinadas afirmações, julgando-as como verdadeiras ou falsas.

Cada frase se baseava em opiniões públicas comuns, tais como “pedófilo é um grave doente mental”, ou confusões recorrentes de conceitos, por exemplo, “pedofilia, abuso sexual e exploração sexual são sinônimos”. Ao todo 6 afirmações foram discutidas, esclarecendo o porquê de serem corretas ou incorretas e sanando outras dúvidas que surgiam no meio do debate.

A seção seguinte trabalhava os conceitos principais da temática, tais como violência, abuso e exploração sexual, trabalhando principais aspectos e diferenças entre cada um. Além disso, foram abordadas as duas modalidades de abuso (intra e extrafamiliar), os métodos comumente utilizados para tal e atos que se enquadram como um caso de abuso ou exploração sexual.

Para ter-se noção da recorrência desse tipo de violência no Brasil, dados da Segurança Pública (2018) e da Polícia Rodoviária Federal (2020) foram mostrados e debatidos com os participantes. Também ocorreu a contextualização da situação no estado do Pará, devido a este ser um dos estados com maior número de casos de violência sexual infantil (Fundação Childhood Brasil, 2020).

Na última seção, buscou-se discutir sobre como escolas e professores podem atuar no combate a essa violência. Primeiro foi esclarecido o dever da escola em zelar pela dignidade e bem estar de crianças e adolescentes e o porquê do professor ser importante nesse processo. Além de reafirmar a penalidade gerada pela omissão em casos de suspeita ou descoberta de um caso de abuso (Brasil, 1990).

Ao final do minicurso, foi aberta a discussão sobre os assuntos trabalhados e os participantes puderam dar suas opiniões a respeito da relevância do tema e do desenvolver do minicurso. As impressões puderam ser compartilhadas diretamente na fala, ao ligar o microfone durante a reunião, ou por mensagem no chat, deixando que a pessoa escolhesse o que lhe fosse mais confortável.

Para a análise dos resultados obtidos com a produção do minicurso, foi elaborado um novo questionário via *Google Forms*, com a finalidade de obter as impressões dos participantes tanto sobre a temática, quanto sobre a forma como foi abordada. Além de ser uma espécie de frequência para a posterior liberação dos certificados de participação.

A reunião no *Google Meet* foi gravada, para posterior análise das discussões realizadas. Todos os participantes foram previamente informados da gravação e esclarecidos que não seriam utilizadas informações que expusessem a identidade de cada um. Tanto para a análise do questionário inicial, quanto para o minicurso foram utilizadas denominações diferentes para identificar as respostas, mas sem revelar citar os nomes reais de cada participante.

3. Resultados

Os resultados obtidos nesse trabalho são oriundos de ambos os momentos da metodologia, sendo analisadas inicialmente as respostas do primeiro questionário e em seguida o *feedback* do minicurso. Para manter o anonimato dos participantes, as respostas explanadas irão aparecer na forma de código, podendo ser de A1 a A53 para o questionário inicial e de B1 a B26 para o minicurso, de acordo com a ordem de respostas.

3.1 Respostas ao questionário inicial

Foram registradas ao todo 55 respostas, sendo que duas foram excluídas da análise – 1 não aceitou o termo de consentimento; 1 não fazia parte do público alvo, pois ainda estava cursando o Ensino Médio – totalizando 53 resultados.

3.1.1 Da identificação dos participantes e área de atuação

Dentre os participantes, a maioria eram mulheres (34) e consistiam em jovens ainda na graduação e com pouco tempo de experiência docente (Tabela 1). Sobre a área de atuação a qual se identificavam, foram descritas 10 (Biologia, Química, Física, Matemática, Pedagogia, Ciências Sociais, Ciências Humanas, Ciências da Religião, Educadora Sexual/Espanhol, Educação Física), sendo Biologia (23), Pedagogia (12) e Ciências Humanas (6) as mais citadas.

Tabela 1 – Identificação Básica.

| Idade | Respostas | Nível de formação | Respostas | Tempo de docência | Respostas |
|------------------|-----------|----------------------|-----------|-------------------------|-----------|
| Até 20 anos | 8 | Graduação incompleta | 35 | Finalizando a graduação | 34 |
| De 21 a 30 anos | 30 | Graduação completa | 6 | Até 5 anos | 11 |
| De 31 a 40 anos | 9 | Mestrado | 5 | Entre 6 e 10 anos | 3 |
| De 41 a 50 anos | 3 | Doutorado | 1 | Entre 16 e 20 anos | 3 |
| Acima de 51 anos | 3 | Especialização | 6 | Entre 21 e 25 anos | 2 |

Fonte: Autoria própria.

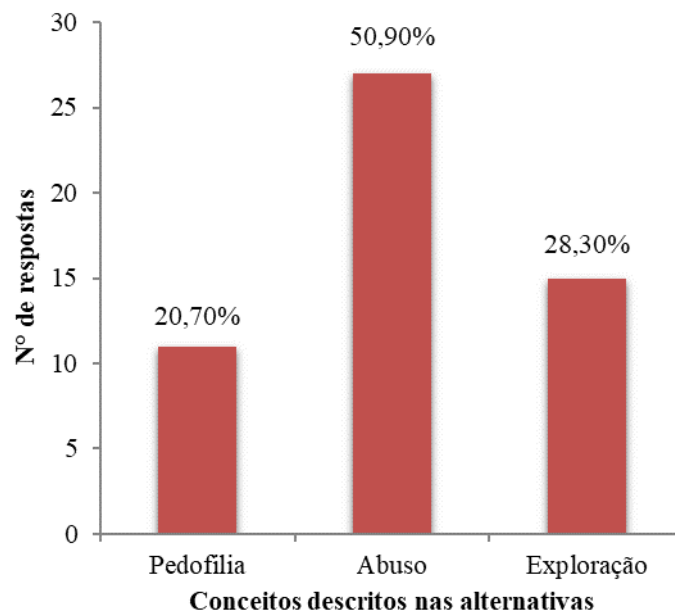
Com relação ao nível de ensino lecionado (ou que pretende lecionar, para o caso dos formandos), o mais assinalado foi o Ensino Médio (30), seguido pelo Fundamental II (20) e I (16), Infantil (15), Superior (9) e EJA ou PROEJA (9). Do total de participantes, 26 atuavam em apenas um desses níveis, 12 em dois níveis ao mesmo tempo, 10 em três, 4 em quatro e 1 em cinco.

3.1.2 Da conceituação do tema pelos participantes

Quando perguntado qual seria, na opinião do participante, o conceito de abuso sexual infantil, foram dadas três opções: “Transtorno de preferência sexual de crianças e adolescentes, também classificado como pedofilia, parafilia e ainda como uma perversão sexual”; “Ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente para se excitar ou satisfazer-se sexualmente” e “É a violação dos direitos da criança para fins sexuais, com intuito de satisfação erótica, praticado por adultos, seguido de remuneração em espécie, objetos de valor ou outros elementos de troca”.

O primeiro conceito é referente ao termo pedofilia, o segundo é sobre abuso sexual e o último se restringe à exploração sexual. Os resultados obtidos se mostraram conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 - Conceituação de abuso sexual pelos participantes.



Fonte: Autoria própria.

O Gráfico 1 demonstra a proporção de participantes que assinalaram cada uma das três alternativas de conceitos para o que seria abuso sexual. Vê-se que pouco mais de 50% dos participantes marcaram a alternativa referente ao conceito mais aceito de abuso, enquanto o número de indivíduos que escolheram o conceito de pedofilia e exploração ficou equiparado com cerca de 20% e 28%, respectivamente.

3.1.3 Sobre a diferenciação de conceitos como abuso e exploração sexual infantil

Quanto à existência de distinção entre abuso e exploração sexual infantil, pergunta a qual era subjetiva, houve uma grande variação de respostas. Apenas 7 pessoas diferenciaram os conceitos interligando o fato da exploração ser um tipo de abuso. Em contraponto, 27 distinguiram os termos, mas trataram como se não houvesse correlação. Um dos participantes, A36, conseguiu diferenciar os termos e relacioná-los, no entanto, cometeu um leve desvio conceitual:

“Sim. Ao meu ver o Abuso sexual possui fins ilícitos pra si, para sua própria satisfação. A exploração sexual pode ter as características do abuso, porém com adição de filmagens, ou trato da criança como "mercadoria" e até mesmo satisfação de terceiros através de exposição ou venda desse material ilícito” (participante A36).

O equívoco se encontra no fato de o abuso, mesmo sem viés de exploração, também utilizar filmagens ou qualquer outra forma de corromper a imagem do menor sexualmente. Pequenos erros de conceito como esse também foram visualizados em mais 11 respostas, sendo o mais recorrente tratar a exploração como prostituição, termo incorreto ao se tratar de crianças e adolescentes.

Em alguns casos, a resposta fugia bastante do conceito correto para a legislação brasileira, como é o caso de A6 ao dizer que *“O abuso aconteceu uma vez, enquanto que a exploração é mais frequente”*. Também foi perceptível a confusão com outros termos que podem estar relacionados dependendo da situação, por exemplo, tratar abuso e pedofilia como sinônimos:

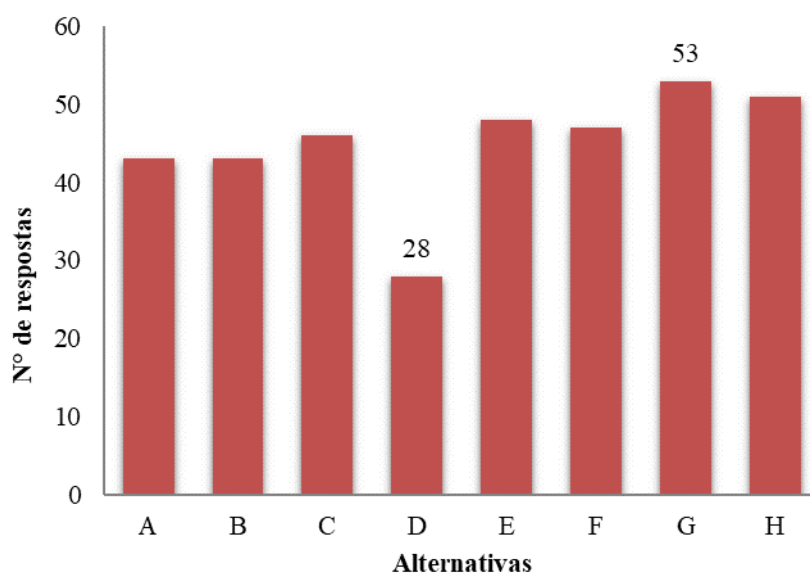
“Sim, a exploração sexual é de cunho lucrativo, onde o explorador ganha alguma remuneração em cima da prática sexual infantil. Já o abuso se dá pela preferência sexual infanto-juvenil, caracterizando pedofilia” (A28).

Houve 2 pessoas que disseram apenas não existir diferença alguma entre as expressões, 2 responderam apenas “sim”, 2 acreditam ter distinção, mas não sabem dizer qual seria e 1 deixou em branco.

3.1.4 Da concepção sobre situações que são consideradas abuso sexual e a percepção dos participantes sobre os sintomas que refletem o abuso

A questão seguinte tratava das situações que se enquadram em caso de abuso sexual, contando com 8 alternativas dispostas das letras A à H, cujo quantitativo de respostas está representado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Situações consideradas abuso sexual.



Fonte: A autoria própria.

O Gráfico 2 demonstra a proporção de participantes que assinalaram cada uma das oito alternativas, sendo elas: (A) Fazer com que uma criança ou um adolescente assista a filmes pornográficos ou presenciem relações sexuais; (B) Fazer com que uma criança ou um adolescente vejam revistas pornográficas, adultos nus ou se masturbando; (C) Fotografar ou filmar crianças e adolescentes nus, em posturas eróticas; (D) Utilizar sexualmente crianças e adolescentes com fins comerciais e lucrativos (aliciamento); (E) Ficar observando os genitais de crianças e adolescentes para conseguir se excitar, mesmo que seja de forma escondida, podendo assustá-la ou perturbá-la; (F) Falar sobre relações sexuais com crianças ou adolescentes com a finalidade de se excitar ou de deixá-los excitados; (G) Tocar ou acariciar os órgãos genitais de uma criança; (H) Ter relação sexual oral, anal ou genital com uma criança.

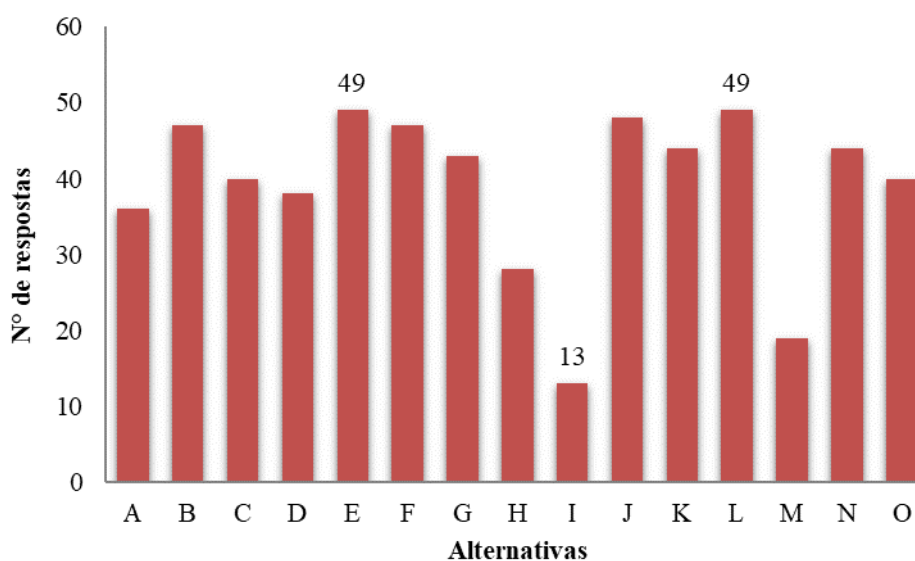
A seleção de alternativas foi equilibrada para quase todas, exceto a letra D, a qual é diretamente ligada ao conceito de exploração sexual. Isso retoma o ponto da diferenciação entre esses conceitos, mas sem conseguir relacioná-los. Outro ponto importante está nas letras A e B possuírem relativamente menor marcação (41), afirmando o fato de o abuso ser mais associado a ações invasivas físicas e explícitas, diferente do que é proposto nessas duas alternativas.

Esse aspecto é bem claro ao visualizar a letra G com mais marcações, seguida da H (51), ambas com opções de

contato físico sexual direto. O caso de H ter menos que G também pode estar relacionado à, por vezes, tratar a relação sexual consumada (estupro) como algo além do abuso, ou seja, após o sexo consumado, deixa de ser abuso e passa a ser qualificado como estupro. Entretanto, esse último se enquadra em uma subespécie de abuso sexual.

Em seguida, trabalharam-se possíveis sintomas que uma vítima de abuso sexual pode apresentar. Com lógica semelhante à questão anterior, foram dispostas 15 alternativas entre as letras A e O e o quantitativo de respostas está detalhado no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Sintomas de abuso sexual.



Fonte: A autoria própria.

O Gráfico 3 demonstra a proporção de participantes que assinalaram cada uma das quinze alternativas, sendo elas: (A) Ansiedade excessiva ou hiperatividade; (B) Dificuldade ou medo de dormir; (C) Perda ou excesso de apetite repentino; (D) Fazer xixi na cama ou problemas intestinais; (E) Presença de sangramentos, ISTs, gravidez ou dores na região genital e abdominal; (F) Comportamento muito agressivo, muito isolado ou em "estado de alerta"; (G) Dificuldade repentina de concentração na escola; (H) Assiduidade extrema escolar, chegando muito cedo e saindo bem tarde; (I) Comportamentos muito infantis para a idade; (J) Tristeza, abatimento profundo ou choro sem causa aparente; (K) Comportamento sexual explícito (demonstra conhecimento sobre sexualidade inapropriado para a idade); (L) Relutância em voltar para casa ou não confiar em adultos, especialmente mais próximos; (M) Ausência na escola por vontade dos pais; (N) Autoflagelação ou ideias/tentativas de suicídio; (O) Fugas de casa.

Nos sintomas a quantidade de marcações para cada alternativa foi mais variável, com apenas 8 participantes selecionando todas. As letras E e L foram as mais selecionadas, sendo E com sinais óbvios de relação sexual consumada e L referente à desconfiança do menor para adultos, principalmente os da própria casa. Seguidas da letra J (48), com outro traço muito associado à casos de violência.

Em contrapartida, a I foi muito menos indicada por apresentar um tipo de sintoma mais sutil e que também pode ser associado para outras situações. No entanto, o indivíduo começar a ter comportamentos muito infantis para a idade pode estar relacionado à tentativa de parecer menos atraente ao seu abusador. Esses sinais mais sutis e por vezes, não associados pelos professores – também nas letras A (36), D (38), H (28) e M (19) – são muito comuns e importantes para a descoberta de casos

de abuso.

3.1.5 Do contato dos participantes com a temática abordada e sobre o papel do professor acerca o tema

Com relação ao contato com essa temática durante a formação docente, apenas 17 participantes tiveram, sendo 13 apenas de forma breve e superficial. Os outros 36 não possuíram contato algum com o tema. Quando perguntados se conseguiriam identificar uma vítima de abuso sexual em suas turmas, 33 responderam que talvez, 18 que sim e apenas 2 que não.

Quanto ao papel do professor, os participantes eram livres para escrever qual a sua opinião sobre, onde as respostas se concentraram em três pilares: identificar os sinais da vítima, orientar sobre o assunto a partir de temas transversais ou outros componentes curriculares e estabelecer um ambiente de confiança com os alunos. Dentre os participantes, 28 pessoas descreveram apenas um dos três, 14 articularam até dois deles e 1 respondeu os três em conjunto.

Os mais citados foram a identificação (14) e a orientação (12) tanto sozinhos quanto em conjunto (7). Como descrito por A33: *“Por meio da utilização de temas transversais como forma de palestras, eventos e outros no ambiente escolar. Mediando, alertando, observando comportamentos”*. Em contrapartida, uma resposta se destacou ao dizer que: *“Já percebi que alguns alunos poderiam estar passando por esse problemas, mas não sabia como ajudar”* (A18).

Isso remonta à importância da formação docente abranger temas referentes a problemas sociais, tais como a violência, pois o professor vai entrar em contato com alunos com diferentes histórias de vida. Nesse sentido, 2 pessoas levantaram essa questão, como descrito por A28:

“(…) Sendo assim, antes de tudo, é importante uma formação ao docente em relação a isso. É uma situação muito delicada em que a criança se encontra, então para um trauma desta natureza, deve-se ter todos os cuidados necessários para que tal situação não se agrave ainda mais” (A28).

Dos participantes, 27 não souberam dizer se há penalidade para a omissão em casos de violência sexual infantil, 23 disseram que existe e 3 que não existe. Ao perguntar da denúncia, houve 31 marcações para a denúncia imediata ao DISQUE 100, 47 para imediata ao Conselho Tutelar, 24 para primeiro conversar com os responsáveis da criança e 9 para tentar resolver o problema por conta própria primariamente e, se não resolver, realizar a denúncia.

Essa pergunta era aberta à pessoa colocar outra opção de acordo com sua opinião, 2 lembraram a importância de comunicar à comunidade escolar antes de denunciar e 1 que a denúncia também pode ser feita às varas especializadas do poder judiciário. E, para finalizar, na última pergunta sobre conhecer materiais públicos sobre o assunto, 43 não conheciam nenhum e os outros 10 citaram guias, cartilhas e, principalmente, *folders* e panfletos.

3.2 Feedback do minicurso

O minicurso foi aberto ao público, ou seja, para qualquer pessoa que sentisse interesse em participar, mesmo não sendo da área da docência, pois muito do que foi trabalhado serve para a sociedade em geral. Estiveram presentes 26 participantes, oriundos de cinco áreas: Biologia (13), Pedagogia (10), Química (1), Administração (1) e Psicologia (1).

Como resultado, observou-se que quanto à relevância de trabalhar a temática a partir da atuação do professor, a partir do modelo de Escala Likert crescente de importância de zero a cinco, 25 marcaram cinco e 1 marcou quatro. As justificativas apresentadas para essa qualificação giravam em torno do professor ser um adulto que vive em contato direto e constante com os alunos, podendo identificar sinais de abuso e/ou criar um ambiente de confiança.

“(...) Então o professor tem um papel muito significativo nesse diagnóstico, já que ele vai observar o decaimento escolar, ou mesmo o entusiasmo do aluno em querer estar cedo e querer ser o último a sair da escola. Além de que o professor é visto como um amigo de confiança do aluno, o que pode abrir portas para um possível diálogo a respeito” (B7).

“(...) a escola é onde a criança mais passa o seu tempo; quando algo acontece na sua casa, isso reflete no seu comportamento dentro de sala, (...). Fora que muitas crianças não tem a noção de que esta sofrendo um abuso até que alguém lhe indique que isso é um abuso e que ela tem um ponto seguro que vai ajuda-la a sair dessa situação” (B26).

Outra questão abordada por eles consiste na importância de se ter, desde a graduação, contato com essa temática e outras relacionadas, como descrito por B21:

“(...) Visto que tanto nas das instituições escolares quanto nos lares familiares, esse assunto é restrito e muita das vezes proibido, a tarefa de auxiliar na problemática acaba caindo sobre o professor. Portanto, é de extrema importância que o futuro docente por meio da graduação tenha o conhecimento de como identificar os sinais de abuso, de como conversar com o aluno acerca do assunto e de, principalmente, como denunciar o cenário de exploração e abuso” (B21).

A mesma lógica da questão anterior (de 0 a 5) foi utilizada para qualificar o minicurso de acordo com a forma que foi conduzido, se agregou ou não no processo de formação dos participantes. Dentre os participantes, 24 pessoas avaliaram com cinco e 2 com quatro. Isso está diretamente ligado à falta de contato prévio com o tema, como descreve B9: *“Sim, estou quase me formando e nunca tinha visto uma palestra que abordasse o esse tema”.*

A temática é importante durante a graduação não só para futuros professores quanto para outras áreas, como é perceptível nas falas de B8 e B19:

“Como futura psicóloga, que pode vir a atuar na área escola, o minicurso agregou muito em minha formação, visto que obtive informações que não são discutidas como foco principal no meu curso, mas pude fazer várias relações com meu aprendizado na minha área, logo o curso enriqueceu muito meus conhecimentos” (B8).

“Estou na graduação, e durante toda minha vida escolar e acadêmica não tive contato com esse tema. Devido isso, vários pontos tratados no minicurso eram totalmente desconhecidos por mim. Ele me fez compreender diferenças de termos dentro desse tema, que antes para mim eram tratados como sinônimos. Além disso, o minicurso me ajudou a saber como eu reconheço o abuso infantil e procedo” (B19).

Dois perguntas presentes no questionário inicial se repetiram no *feedback* para verificar se houve diferença entre o pré e pós minicurso. A primeira foi referente ao conceito de abuso sexual e quase 54% responderam a concepção mais aceita. E a segunda consistia em reconhecer uma vítima em sala de aula, onde 14 pessoas responderam que talvez e 12 que sim.

4. Discussão

No dia a dia escolar, o professor está sujeito às mais diversificadas situações, uma delas pode ser a entrada da vida pessoal de um aluno, seja por meio da abertura em uma conversa ou de forma externa às paredes da escola. Segundo Abu-El-Haj e Fialho (2019), é importante o docente ter consciência da diversidade de uma sala de aula e refletir sobre as questões culturais e subjetivas que interferem no processo de ensino-aprendizagem.

No presente estudo, a maior parte dos pesquisados voltaram-se à ideia de que o papel do professor está em identificar os sinais da vítima, contudo, ao se questionar sobre 15 sintomas que poderiam ser ou não indícios de que o aluno pudesse estar na condição de vítima, as respostas foram bem variadas, demonstrando a necessidade de uma abordagem mais aprofundada

sobre o tema para os professores já atuantes e para os que estão em formação, como corrobora Thiengo e Silva (2019).

Crianças menores tendem a se expressar mais livremente por meio de instrumentos didáticos, tais como desenhos, histórias, músicas e jogos. Por sua vez, adolescentes tendem a ser mais fechados e cautelosos, mas, devido ao nível de maturidade um pouco maior, é possível trabalhar nas aulas a partir de conteúdos previstos na grade, temas transversais ou minicursos e palestras extracurriculares. No entanto, Barbosa et al. (2019) destacam que a sexualidade como tema não restrito a aspectos biológicos vem sendo restrita nos últimos anos nos documentos das políticas de educação.

Para Freire (1967), a educação deve proporcionar a capacidade e liberdade de mudar a realidade dos educandos a partir do estímulo ao pensamento crítico, portanto saber instruir os alunos para lidar com problemas presentes na sociedade e ainda mediar os casos em que eles estão sofrendo com isso requer uma formação profissional que o prepare para essas situações, dificuldade enfrentada na docência, haja vista ter-se resultados na pesquisa de que dos 53, apenas 17 participantes tiveram contato com este tema durante a sua formação docente e 13 de forma breve.

A falta de conhecimento mais profundo sobre abuso sexual infantil dificulta a atuação dos docentes em prol desse combate (Gonçalves & Teixeira, 2018), como demonstrado nas respostas aos questionários, grande parte dos participantes não sabia ao certo o conceito para essa violência e apenas formas e sintomas óbvios, confundindo termos e tendo bases incompletas.

Felipe (2019) defende a importância de trabalhar temas além dos específicos nas licenciaturas, pois muitos professores afirmam ter dificuldades em abordar, por exemplo, temáticas envolvendo sexualidade e gênero. O desconforto gerado por tabus sociais que circundam esses assuntos causa o distanciamento professor-aluno, por esse último não se sentir a vontade para perguntar ou falar devido à barreira imposta pelo professor.

O incômodo gerado por temas do tipo não se restringe ao ambiente escolar, sendo perceptível em todas as esferas da sociedade, incluindo a familiar. Nesse sentido, quando uma criança ou adolescente tem dúvidas sobre ou relata ter sofrido algum tipo de violência sexual, principalmente intrafamiliar, é muita das vezes ignorado ou desacreditado.

Para Santos (2021), essa abstenção velada que está presa às raízes do corpo social dá margens para a continuidade do chamado “segredo familiar”. A autora defende que a construção patriarcal da sociedade fez com que a cultura do silêncio permaneça consolidada devido, principalmente, às questões econômicas. Com o homem sendo o provedor da casa, são consentidos plenos poderes que, em alguns casos, ele utiliza para fins sexuais. O retrato disso é visto no alto índice de casos em que a vítima é uma menina e o agressor é o pai/padrasto ou outra figura masculina do seu ciclo intrafamiliar.

Sem o apoio da família, o jovem tende a perder a capacidade de confiar em adultos e medo de expressar o que lhe acontece e ser desacreditado ou punido. Essa falta de confiança é estendida a todas as esferas além do familiar, por esse motivo é importante o professor saber outras formas de perceber um caso de abuso, pois nem sempre a vítima estará disposta a se abrir espontaneamente (Lessa & Mayor, 2019).

Oliveira e Nascimento (2019) defendem que reconhecer os diferentes sinais que uma criança ou adolescente pode apresentar ao sofrer violência, não só sexual, deve ser parte integrante da atuação docente. No entanto, como demonstrado no questionário inicial, são poucos os que têm contato prévio com a temática sem ir procurar por vontade própria, ou seja, a formação docente inicial é falha quando se trata de temas além dos específicos, mas igualmente importante para o trabalho do professor.

A questão da formação docente com inclusão a essa temática vem sendo discutida em alguns trabalhos, como os de Ferreira (2019), Lessa e Mayor (2019) e Monti (2020), os quais detalham em seus estudos o quanto os docentes possuem dificuldades em lidar e trabalhar com o tema, sendo um dos principais empecilhos para que a escola como um todo consiga exercer seu papel no combate à violência infantil.

Outros autores buscam demonstrar soluções através de metodologias que o professor possa empregar em sala ou

orientando acerca dos procedimentos que devem ser realizados em casos de suspeita de violência (Diocesano & Berkenbrock, 2020; Lopes, 2018; Oliveira et al., 2020). Todos destacando a importância da formação docente continuada para além de conteúdos específicos de cada área.

Infelizmente, a falta de maior conhecimento do assunto não se restringe ao ambiente escolar e ao professor, sendo perceptível na sociedade como um todo. Como descrito por Coelho e Sousa (2017), isso ocorre em consequência da má distribuição do marketing de combate à violência sexual infantil, pois mesmo que esse exista, é quase sempre sazonal e não chega a todos os locais, nem ao abusador e muito menos à vítima.

5. Considerações Finais

A atuação de um professor, não importa o nível de ensino que leciona, vai muito além de compartilhar conhecimentos específicos de sua disciplina, alcançando a formação cidadã dos seus alunos. Em cada turma, um novo grupo social é visto, pessoas com diferentes histórias de vida, opiniões, crenças e cabe ao docente lidar, entender e ensinar o maior número que conseguir.

Ao tratar do papel do professor no combate à violência sexual, muitas camadas precisam ser esclarecidas, principalmente quanto à maneira como ele irá proceder ao descobrir ou mesmo suspeitar de um caso. De acordo com seu público, a abordagem é variável, por exemplo, a forma com que irá conversar com um aluno do ensino infantil é totalmente diferente para um do ensino médio.

Quando o profissional não possui muito contato com a temática, é comum vê-los acreditar que o abuso sexual se diferencia do estupro ao ser menos invasivo, por exemplo, minimizando o sofrimento de quem declara ter sofrido abuso e, além de tudo, perpetuando uma informação equivocada. Assim como acontece para exploração e assédio sexual, estupro é uma das formas de abuso e, em busca de evitar esses erros, a formação docente deve contemplar problemáticas de cunho social.

Assim como muitos outros temas transversais, a violência sexual infantil é colocada em segundo plano pelos próprios documentos das políticas de educação. Essa carência se estende ao ensino superior, durante a formação inicial docente, acarretando em dificuldades durante um eventual contato com situação do tipo. Nessa falta, para o profissional que queira se aprofundar no assunto, precisa recorrer a formações extracurriculares que nem sempre conseguem contemplar o tema da melhor forma.

Sendo assim, se faz necessário novas pesquisas e debates sobre temáticas que incluam problemas sociais durante a formação docente e a importância de sua integração nos projetos político pedagógico dos cursos de licenciatura e afins, em busca de formar professores capacitados para lidar com as adversidades em uma sala de aula e diferentes histórias de vida dos seus alunos.

Referências

- Abu-El-Haj, M. F., & Fialho, L. M. F. (2019). Formação docente e práticas pedagógicas multiculturais críticas. *Revista Educação Em Questão*, 57, <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n53ID17109>.
- Aires, L. C., Marques, L. L., & Moreira, T. V. E. (2020). Os Prejuízos da Violência Sexual para Crianças em Idade Escolar. [Apresentação de trabalho] *Anais do V Seminário de Produção Científica do Curso de Psicologia da Unievangélica*. UniEVANGÉLICA Anápolis.
- Anuário Brasileiro De Segurança Pública (2022). *As violências contra crianças e adolescentes no Brasil*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Araújo, D. M. T. (2021). *Atravessamentos da pandemia - um estudo sobre a violência sexual infantil durante o isolamento social*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de Uberlândia.
- Barbosa, L. U., Viçosa, C. S. C. L., & Folmer, V. (2019). A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 11, 1-10, <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/772>.

- Batista, B. F., Rodrigues, D., Moreira, E. V., & Parrança Da Silva, F. (2021). Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista? In P. Sá, A. P., Costa, & A. Moreira (Eds.), *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados* (1st ed., Vol. 2, pp. 13–36). UA Editora.
- Beckman, M. M., Toscano, N., & Pereira, B. (2021). Violência sexual infantil no âmbito intrafamiliar: as inovações do ordenamento jurídico a respeito da oitiva com a vítima segundo a nova lei 13.431/17. [Apresentação de trabalho] *Debates Jurídicos Interdisciplinares*, 1, 63–87.
- Bitencourt, C. R. (2021). *Tratado de Direito Penal*. (15° ed.). Saraiva Educação.
- Brasil. (2021). *Cartilha: Abuso sexual contra crianças e adolescentes - abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional*. Governo Federal.
- Brasil. (2011). *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes* (B. R. dos Santos & R. Ippolito, Eds.). Seropédica.
- Brasil. Congresso Nacional. (2012). *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>.
- Campos, D. C., & Urnau, L. C. (2021). Sexual Exploitation Of Children And Adolescents: A Reflection Of The Role Played By Schools. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25, <https://doi.org/10.1590/2175-35392021221612>.
- Cargnin, J. S. S., Luna, J. S., Aguiar, D. M., Rodrigues, B. T. C., Azevedo Filho, A. A., & Silveira, R. P. (2021). Violência sexual em mulheres na Amazônia Ocidental. *Revista de Saúde Pública*. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003069>.
- Castro, A. O. (2017). Crias de abusos na Amazônia: análise dos discursos da imprensa paraense de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. [Apresentação de trabalho] *40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Curitiba.
- Cavalheiro, E. M. (2020). *Práticas Educativas Parentais: Limites entre Educação e Violência*. 156p. [Dissertação de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Humano]. Universidade de Taubaté.
- Chaves, L. N., Neves, M. N. S. S., Araújo, M. H. M., Calandrini, T. S. S., Cardoso, R. F., & Menezes, R. A. O. (2020). Epidemiologia do abuso sexual contra crianças e adolescentes admitidas em um hospital de referência da amazônia brasileira: um estudo exploratório-descritivo. *Revista Diagnóstico & Tratamento*, 25, 138–146.
- Coelho, F. M. P. D., & Sousa, C. V. E. (2017). *Arquétipos de uma infância interrompida: análise das ações de marketing social em prol do combate a violência sexual contra crianças e adolescentes na região do Médio Vale do Jequitinhonha*. EnANPAD.
- Couto, L. D., & Casarini, K. A. (2021). Reflexões sobre a relação mãe-filho em um contexto de violência sexual infantil intrafamiliar: um estudo de caso. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde No Contexto Social*, v9. <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i1.5116>.
- Costa, L. da S. (2018). *Abuso Sexual Infantil: o valor probatório atribuído à palavra da vítima no processo penal e os riscos da condenação*. [Monografia de Bacharelado em Direito]. Faculdade Evangélica de Rubiataba.
- Dantas, J. S. O. M., Fonte, V. A. P., Conceição, J. A., Santos, Y. P., & Silva, F. G. (2021). Técnicas da Perícia Psicológica em casos suspeitos de violência sexual infanto-juvenil. *Brazilian Journal of Development*, v7. <https://doi.org/10.34117/bjdv7n8-084>.
- Diocesano, T. F. A., & Berkenbrock, C. D. M. (2020). Infância Segura: um Jogo colaborativo para a prevenção da violência sexual infantil. *Revista Brasileira de Computação Aplicada*, v12, 32–43. <https://doi.org/10.5335/rbca.v12i1.9195>.
- Felipe, J. (2019). Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. Albuquerque, S. S., Felipe, J. & Corso, L. V. (Org.), *Para Pensar a Docência na Educação Infantil* (1st ed., pp. 238–250). Editora Evangraf.
- Ferreira, M. F. (2019). *Formação de professores como agentes na prevenção do abuso sexual infantil*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de São Carlos.
- Freire, P. (1967). *Educação Como Prática da Liberdade*. Editora Paz e Terra.
- Fundação Childhood Brasil. 2020. *Childhood: pela proteção da infância*. Childhood Brasil. <https://www.childhood.org.br/nossa-causa#numeros-da-causa>.
- Fundação Parápaz. (2020). *Cartilha: Brincando - Viver sem violência, brincar sem violência e aprender sem violência*. Governo do Estado do Pará.
- Fundo Das Nações Unidas. (2020). *COVID-19 causa interrupção nos serviços de proteção a criança em mais de 100 países*. Fundo das Nações Unidas para a Infância. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-causa-interruptoes-nos-servicos-de-protacao-da-crianca-em-mais-de-100-paises>.
- Garcia, P. A., Macieira, A. P., & Oliveira, D. E. S. D. (2017). O trabalho da equipe multiprofissional com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual atendidas na unidade hospitalar. *Revista LEVS*, 20. <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2018.v20n20.03.p29>.
- Grunau, A. (2021). *Estudo detalha drama do abuso infantil dentro da família*. Jornal Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/estudo-detalha-drama-do-abuso-infantil-dentro-da-familia.shtml>.
- Gonçalves, L. G., & Teixeira, F. (2018). Abordagem da educação em sexualidade no Jardim de Infância: a opinião das famílias. *Exedra: Revista Científica*, nº extra 1, p69–77.
- Haje, L. (2020, Aug. 17). *Projeto determina que professor seja treinado para identificar sinais de abuso sexual contra criança*. Câmara Dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/noticias/684897-projeto-determina-que-professor-seja-treinado-para-identificar-sinais-de-abuso-sexual-contra-crianca/>.

- Jornal Folha De São Paulo. (2021, Sep. 10). *Um em cada sete alunos de 13 a 17 anos diz já ter sofrido violência sexual*. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/um-em-cada-sete-alunos-de-13-a-17-anos-dizem-ja-ter-sofrido-violencia-sexual.shtml>.
- Jornal Folha De São Paulo. (2022, Jul. 2). *Brasileiros têm opiniões liberais sobre educação, diz pesquisa Datafolha*. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/07/brasileiros-tem-opinioes-liberais-sobre-educacao-diz-pesquisa-datafolha.shtml>.
- Lessa, C. B., & Mayor, A. S. (2019). A dificuldade na promoção de medidas preventivas contra o abuso sexual infantil nas escolas. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, v9. <https://doi.org/10.25242/887692520191745>.
- Lopes, I. M. B. U. A. (2017). *A Pedofilia no Ordenamento Jurídico-Penal: Reflexão crítica sobre o crime de Abuso Sexual de Crianças e Consequência(s) Jurídica(s)*. [Dissertação de Mestrado Forense]. Universidade Católica Portuguesa.
- Lopes, J. T. (2018). *Violência sexual infantil: uma proposta metodológica de prevenção e intervenção na escola*. [Monografia de Especialização em Educação]. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Magalhães, J. R. F., Gomes, N. P., Campos, L. M., Camargo, C. L. De, Estrela, F. M., & Couto, T. M. (2017). Expressão da violência intrafamiliar: história oral de adolescentes. *Texto Contexto Enferm*, 26. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017001730016>.
- Marra, M. M., & Costa, L. F. (2018). Entre a revelação e o atendimento: família e abuso sexual. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 36. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3564>.
- Melo, L. M. F. (2021). *Rede Intersetorial de Enfrentamento ao Abuso Sexual Infantojuvenil: uma revisão de literatura*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal da Paraíba.
- Monti, L. L. (2020). *Estudo sobre violência intrafamiliar contra a criança: conhecimentos e atitudes de professores da Educação Infantil*. [Dissertação de Mestrado em Educação Escolar]. Universidade Estadual Paulista (Unesp).
- Oliveira, M., Silva, F. G. O., & Maio, E. R. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia. *Perspectiva*, v38. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.E65526>.
- Oliveira, R. B. (2020). *Violência sexual intrafamiliar e a alienação parental*. [Monografia Jurídica de Bacharelado em Direito]. Universidade Católica de Goiás.
- Oliveira, Y. C., & Nascimento, C. P. (2019). O papel do professor no processo ensino aprendizagem diante dos alunos vítimas de abuso sexual. *Revista Projeção e Docência*, 10, p196–206.
- Pereira A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. UFSM.
- Reinach, S., & Burgos, F. (2021). Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil: a urgência da parceria entre educação e segurança pública. Bueno, S. & Lima, R. S. (Org.), *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* 219–227. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Ribeiro, J. H. S., Coimbra, S. M. G., & Leme, V. B. R. (2019). Violência sexual contra crianças e adolescentes: resiliência e protagonismo na Amazônia. *Revista INFAD de Psicologia*, (2), 215–226. <https://doi.org/10.17060/IJODAEF.2019.N2.V1.1690>.
- Sanches, L. D. C., Gabriela, G., Ramos, M., Rozin, L., & Rauli, P. M. F. (2019). Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. *Revista Iberoamericana de Bioética*, 9, 1–13. <https://doi.org/10.14422/rib.i09.y2019.003>.
- Santos, M. J., Mascarenhas, M. D. M., Rodrigues, M. T. P., & Monteiro, R. A. (2018). Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola - Brasil, 2010-2014. *Epidemiologia e Serviços de Saude: Revista Do Sistema Unico de Saude Do Brasil*, v27. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742018000200010>.
- Santos, N. P. (2021). *Infância e abuso sexual: rompendo com o silêncio*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
- Silva, E. O. (2021). O processo de produção das infâncias na era das mídias digitais: desafio à formação de professores. [Dissertação de Mestrado em Mídia e Tecnologia]. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho.
- Silva, I. M. (2019). *Direito Penal: “Síndrome da Alienação Parental” e as falsas acusações de estupro*. [Monografia de Bacharelado em Direito]. Universidade Católica do Salvador (UCSal).
- Soares, J. O., & Alencar Filho, F. M. (2021). *Cartilha: Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - O Silêncio que Destrói Infâncias*. Ministério Público do Estado do Ceará.
- Soares, P. D. C. D., Alexandre, K. T., Fermoseli, & A. F. De O. (2020). *Violência sexual infantil: uma reflexão sobre os impactos neuropsicofisiológicos do trauma*. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Centro Universitário Tiradentes - UNIT/AL.
- Souza, I. F., & Serafim, R. N. V. (2019). Os direitos humanos da criança: análise das recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. *R. Dir. Gar. Fund.*, 20, 191-218. <https://doi.org/10.18759/rdgf.v20i1.1134>.
- Thiengo, R. E., & Silva, R. (2019). *Abuso Sexual Infantil: Guia de Orientação ao Professor*. Editora Ifes.
- Trajano, R. K. N., Lyra, C. V. V., Sá, T. Y. G. E., & Gomes, A. C. A. (2021). Comparativo de casos de violência sexual contra criança e adolescente no período 2018-2020. *Research, Society and Development*, v10. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11384>.
- Von Hohendorff, J., & Patias, N. D. (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>.